



Cristina Bruschini
Céli Regina Pinto
organizadoras

Tempos e Lugares de Gênero

 *Fundação Carlos Chagas*

editora  34

TEMPOS E LUGARES
DE GÊNERO

Introdução	7
1. Chica da Silva: o avesso do mito <i>Júnia Ferreira Furtado</i>	15
2. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador <i>Márcia dos Santos Macêdo</i>	53
3. Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável <i>Ana Louise de Carvalho Fiúza</i>	85
4. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910) <i>Ana Lídia Nauar Pantoja</i>	119
5. Constantes recomeços: desemprego no setor bancário <i>Liliana Rolfsen Petrilli Segnini</i>	143
6. Mulheres advogadas: espaços ocupados <i>Eliane Botelho Junqueira</i>	185
7. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis <i>Ari José Sartori</i>	217
8. Uma mulher entre dois homens e um homem entre duas mulheres: gênero na sociedade Paresi <i>Marco Antonio Gonçalves</i>	241
9. Fronteiras da intimidade: uso de preservativo entre prostitutas de rua <i>Elisiane Pasini</i>	275
10. Violência doméstica no espaço da Lei <i>Carmen Hein de Campos</i>	301
Sobre os autores e autoras	324

INTRODUÇÃO

Desde o I Concurso de Dotações para Pesquisas sobre Mulheres, em 1978, até hoje, mais de 20 anos depois, quando reunimos nesta coletânea artigos produzidos como resultado do VIII Concurso, os estudos de gênero no Brasil experimentaram uma significativa trajetória. Voltados inicialmente, no final dos anos sessenta e começo dos setenta, para a denúncia da condição de subordinação da mulher, surgiram por iniciativa individual ou coletiva de pesquisadoras ou professoras que, em universidades ou centros de pesquisa, começaram a estudar as principais questões que explicavam a discriminação das mulheres em todas as sociedades. Muitas delas sequer se declaravam feministas, e foi somente quando esse movimento social ganhou força, na segunda metade da década de setenta, que esses estudos conquistaram razoável legitimidade e passaram a ter um papel central na denúncia das condições das mulheres e na busca de conhecimentos que propiciassem sua superação.

Tratava-se, naquele momento, de levantar questões como a invisibilidade da contribuição econômica das mulheres para a sociedade, a relação entre os papéis reprodutivo e produtivo das mulheres, de identificar processos de socialização que contribuíam para a formação da identidade de meninos e meninas, estereótipos sexuais e assim por diante. É, pois, nesse cenário que surge o I Concurso de Dotações para Pesquisas sobre Mulheres, título emblemático de um primeiro estágio desses estudos, cujo foco era uma mulher supostamente universal, geral, essencial.

Em sua primeira versão, o Concurso visou atrair projetos de dentro e de fora da academia e deixou isso claro em seu edital. Foi uma rica combinação, por meio da qual se pretendia dar um primeiro passo na direção da constituição de um novo campo de estudos. Entretanto, ao lado dessa flexibilidade e abertura, não se abria mão da qualidade científica das propostas — embasamento teórico, bibliografia, questões e conceitos claros etc.

Na academia, a coincidência entre o objeto de estudo e o produtor de conhecimento provocou um duplo e contraditório efeito para a legitimação da questão da mulher. Por um lado, um grupo que claramente se constituía como oprimido estava dentro dela e não precisava de porta-vozes que o estudassem; por outro, essa mesma condição criava barreiras de difícil transposição, na medida em que essa presença facilitava a crítica de ideológico a todo estudo sobre a mulher. E, mais ainda, o reconhecimento por

parte das instituições acadêmicas da legitimidade desses estudos envolvia o reconhecimento de relações assimétricas de gênero na própria instituição.

A resistência da academia, no primeiro momento, somada à necessidade da construção da identidade — e neste particular, tanto na luta social, quanto como objeto de estudo — fortaleceu uma postura, concretizada no movimento social e na própria produção das Ciências Sociais, marcada por um certo reducionismo, que tendia a substituir a classe social pelo gênero, a mulher tomando o lugar do proletário.

A década de 80 foi a dos movimentos sociais e do florescimento de novas identidades. Se, por um lado, aumentava o número de sujeitos que se fechavam em si mesmos, elegendo cada um a sua luta como a verdadeira, por outro, a existência concomitante desses agentes provocou uma reflexão sobre os limites do fechamento de cada um. Os estudos de gênero nas diversas Ciências Sociais refletiram, com muita precisão, esse novo momento. A discussão estava colocada e o objeto mulher, como categoria de análise, foi posto em cheque. No Brasil, dois acontecimentos foram fundamentais e têm pautado essa discussão até hoje. O primeiro teve lugar em novembro de 1990, na cidade de São Roque (SP), o seminário organizado pela Fundação Carlos Chagas “Estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas”. Desse encontro foi publicado um livro com o conjunto de artigos apresentados, que reflete com muita precisão toda a discussão então em pauta¹.

O segundo acontecimento foi o surgimento, em 1992, da *Revista Estudos Feministas*, que criou um espaço de reflexão de alta qualidade e que propiciou o amadurecimento das questões colocadas em São Roque, quer através de artigos de ponta de cientistas sociais brasileiras, quer pela tradução de artigos basilares produzidos em outros países da América Latina, na Europa e nos Estados Unidos.

Chegamos ao ano 2000 com muito a computar em favor do desenvolvimento do que poderia ser chamada a área dos estudos de gênero e da condição da mulher, mais explicitamente.

É possível dizer que, ao longo desse fértil período, os estudos sobre a condição da mulher foram se abrindo, inicialmente na direção de mulheres heterogêneas, de classes e raças diversificadas e com necessidades e problemas muito diferentes. Nos anos oitenta, a introdução do conceito de gênero amplia o foco desses estudos para as relações e assimetrias entre os sexos. Mais recentemente, a ênfase é colocada no desbravamento de fronteiras, em direção a uma multidisciplinariedade bem-sucedida, mas ainda incompleta.

¹ BRUSCHINI, Cristina, COSTA, Albertina de Oliveira (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

As sucessivas coletâneas que resultaram dos oito concursos realizados expressam, em certa medida, essa trajetória, que vai dos estudos sobre a mulher àqueles sobre mulheres e relações de gênero.

O conjunto de artigos que formam este livro é um indicador muito preciso dos efeitos das discussões sobre a produção da área nos últimos 20 anos. *Tempos e lugares de gênero* reúne textos elaborados a partir de resultados de pesquisas contempladas no VIII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, realizado em 1998, e é revelador de um momento de maturidade e maior legitimidade desse campo de estudos no Brasil.

O primeiro aspecto que chama a atenção nesse conjunto é de natureza teórica. Em que pese a multiplicidade de aportes, todos os textos envolvem questões teóricas, fundamentam-se em dados de pesquisa e enfatizam a necessidade de incorporar na análise outras dimensões que não apenas a de gênero.

Incluem-se, entre os artigos desta nova coletânea, textos oriundos da História, da Sociologia, da Antropologia e do Direito. A qualidade acadêmica está presente em todos, inclusive naqueles oriundos de movimentos sociais ou mais voltados para a área de planejamento e execução de políticas públicas, como, aliás, não poderia deixar de ser, pois esta é uma exigência deste Programa de Dotações. Outra característica, ou melhor, qualidade, deste novo livro, que vale a pena apontar e que reflete o amadurecimento dos estudos de gênero no país, é a razoável diversidade regional dos artigos, meta difícil de cumprir, mas que temos procurado atingir ao longo destes 20 anos. Se é verdade que, dos 10 artigos incluídos, 50% concentram-se ainda no eixo Rio-São Paulo, também é certo que os demais percorrem uma vasta e diversificada área do território nacional. Bahia, Pará, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul estão aqui representados.

Tempos e lugares de gênero é composto por dez artigos. Entre eles, muita heterogeneidade, mas também muitos elos. Em “Chica da Silva: o avesso do mito”, Júnia Ferreira Furtado procura reconstruir, a partir de consulta a documentação histórica primária, a vida e o papel da figura histórica de Chica da Silva, personagem integrante do conjunto de mulheres *forras*, no universo social setecentista das Minas Gerais. O trabalho procura trazer à tona essa personagem da história brasileira — tornada popular através da mídia — não como curiosidade ou exceção mas para, por meio dela, lançar luz sobre outras mulheres do seu tempo que viveram histórias semelhantes, desmistificando, como sugere o título, o imaginário construído em torno dela.

“Tecendo o fio e segurando as pontas”, artigo de Márcia dos Santos Macêdo, busca outra desmistificação, a de uma suposta homogeneidade na categoria mulher chefe de família. O artigo expõe os resultados de uma

pesquisa realizada com mulheres nessa situação familiar, em um bairro pobre de Salvador, e revela que, muito ao contrário, sob esse rótulo esconde-se uma diversidade de trajetórias e experiências.

Nesta linha de artigos que contribuem para derrubar mitos sobre a mulher, construídos no interior dos estudos de gênero, inclui-se também o de Ana Louise Fiúza, “Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável”. Nele, a autora procura derrubar o mito de uma maior proximidade da mulher face à natureza, em comparação ao homem. O estudo mostra os equívocos dessa associação essencialista, apontando para o fato de que na floresta a mulher está mais associada à agricultura e portanto à transformação da natureza. Nas palavras da autora “não é possível pensar a relação homem/mulher com a natureza em termos de oposição, como se a mulher estivesse para a natureza e o homem para a cultura”. Justificativas para seus argumentos são buscadas em uma pesquisa no Vale de São Francisco, Minas Gerais, onde são postas em prática políticas rurais com a perspectiva da sustentabilidade. De posse de dados colhidos nesse instigante estudo de caso, Ana Louise conclui que a relação homem/mulher face à natureza é de complementariedade e não de oposição.

Um segundo conjunto de artigos publicados neste livro tem como tema central o trabalho da mulher em diversas dimensões. Esses artigos também refletem, com fidelidade, os efeitos destes vinte anos de estudo. Tributários de uma importante tradição nos estudos de gênero no Brasil, trazem para a discussão temas e problemáticas inovadoras.

Na interface entre a História e o Trabalho, Ana Lúcia Nauar Pantoja, baseada em documentação histórica inédita, mostra que para a Belém do Pará em expansão no período áureo da borracha nem sempre o trabalho feminino esteve circunscrito ao âmbito da casa (aliás, outro mito) havendo, nos mais diferentes contextos históricos — como Maria Odila Leite da Silva Dias desvendou, em seu belíssimo livro sobre o cotidiano paulista do século XIX² — uma enorme diversidade de atividades extradomésticas nas quais as mulheres sempre estiveram inseridas. Como em São Paulo, na Belém dos anos 1890 a 1910, o trabalho de negras e mestiças nas ruas, praças e mercados significava não apenas sobrevivência, mas também manutenção de laços de vizinhança, amizade e solidariedade. Entrelaçavam-se, nessa circulação, espaços de trabalho e de sociabilidade.

Na vertente da Sociologia do Trabalho, Liliansa Segnini analisa questão da maior atualidade e importância, o desemprego, em um setor de atividade, o bancário, que passa por agudo processo de reestruturação, em virtude do grande número de fusões, aquisições e privatizações. O

² *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

artigo analisa trajetórias e práticas sociais de homens e mulheres em situação de desemprego, bem como o possível retorno ao mercado de trabalho por meio do trabalho autônomo, da subcontratação dos serviços ou de outras formas possíveis de reinserção. A pesquisa que deu origem ao texto privilegia trajetórias de bancários que aderiram a planos de demissão voluntária (PDV), em um banco estatal de São Paulo, no período 1994 a 1998.

Um estudo sobre a atuação das mulheres na advocacia, uma das carreiras profissionais na qual a ampliação da presença feminina tem sido das mais significativas desde a década de 80³, complementa, nesta coletânea, o olhar de gênero sobre o tema do trabalho. Eliane Botelho Junqueira, autora de “Mulheres advogadas: espaços ocupados” vem estudando há alguns anos o campo do Direito, sua própria área de atuação profissional e é autora também de um artigo sobre a mulher na magistratura, publicado em *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*⁴, coletânea que resultou do Concurso de Pesquisas anterior a este.

O interesse de Eliane pelo estudo das mulheres na advocacia adveio, segundo seus comentários neste novo artigo, de seu próprio espanto ao descobrir, na pesquisa anterior, que o Judiciário não é o principal *locus* de discriminação profissional no direito, mas sim o escritório de advocacia⁵. Nos relatos de profissionais da área, que Eliane colheu em alguns dos mais importantes escritórios de advocacia do Rio de Janeiro, surgem as especificidades da discriminação sexual na advocacia privada — profissão *full time*, altamente competitiva, na qual é quase nula a possibilidade de conciliação com responsabilidades familiares, como casa, marido, filhos. O artigo mostra também a existência de barreiras no interior da carreira, que dificultam a atuação da mulher em determinadas áreas, como a cri-

³ Conforme BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa. “Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio”, *Revista Estudos Feministas*, v. 7, n° 1 e 2, 1999, p. 9-24 e BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa, “A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo”, *Cadernos de Pesquisa*, n° 110, jul. 2000, p. 67-104.

⁴ “A mulher juíza e a juíza mulher”. In: BRUSCHINI, Cristina, HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.). *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Editora 34; Fundação Carlos Chagas, 1998, p. 135-63.

⁵ Isso não impede, entretanto, que o percentual de mulheres nessa categoria profissional venha se ampliando consideravelmente na década de 90: elas eram 32,8% em 1990 e atingem 40,2% da categoria em 98 (dados do artigo de BRUSCHINI, Cristina, LOMBARDI, Maria Rosa, “Trabalho feminino no Brasil no final do século: ocupações tradicionais e novas conquistas”, apresentado no Seminário Internacional “Os estudos do trabalho: novas problemáticas, novas metodologias e novas áreas de pesquisa”, Unicamp, dez. 2000).

minal, por exemplo. A profissão é altamente segmentada, com universos distintos, cada um deles com seu próprio ritmo de feminização.

Numa perspectiva de análise das relações de gênero nos movimentos sociais e políticos, “Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis”, de Ari José Sartori, é um artigo emblemático. A partir de pesquisa realizada com dirigentes sindicais e funcionários da CUT (Central Única dos Trabalhadores), na cidade de Florianópolis, o autor discute tanto o fortalecimento das mulheres nesse espaço masculino por excelência, quanto a gradativa sensibilização dos homens para as questões femininas/feministas e uma eventual crise de identidade masculina.

Dois dos artigos subseqüentes discutem, de perspectivas muito diferentes, mas ambos oriundos da Antropologia, questões associadas às emoções e sentimentos, que aproximam ou distanciam homens e mulheres. Marco Antonio Gonçalves, em “Uma mulher entre dois homens e um homem entre duas mulheres”, discute a instauração da diferença e o ciúme na sociedade Paresi, grupo indígena Aruak. Ao abordar narrativas sobre esse sentimento produzidas pela sociedade Paresi, da qual o autor faz também uma bela etnografia, procura perceber quais os contextos sociais nos quais o ciúme aparece e suas vinculações com a produção de uma idéia de constituição da diferença. Já Elisiane Pasini, em “Fronteiras da intimidade”, analisa o uso de preservativo por prostitutas de rua nas relações que mantêm com os clientes — nas quais o preservativo é exigido — ou com os companheiros — nas quais é dispensado, por considerarem ser a relação baseada no amor e na confiança, sentimentos mais profundos e duradouros.

Se a pesquisa da qual resultaram as reflexões que permitiram a elaboração do artigo acima citado se passa em um contexto marcado por extrema violência — a prostituição de rua — ao encerrar este conjunto tão heterogêneo quanto rico de textos, o artigo de Carmen Hein de Campos, “Violência doméstica no espaço da Lei”, detém-se sobre casos de violência contra a mulher no ambiente doméstico. O texto analisa como são tratados no judiciário — após a introdução da Lei nº 9.000/95, que propõe a aplicação de penas não privativas de liberdade a determinados delitos definidos como de menor potencial ofensivo — crimes considerados de menor gravidade, entre os quais estariam incluídos os que ocorrem no âmbito familiar.

Em suma, os artigos reunidos neste volume constituem sinais significativos do amadurecimento conquistado na área: diversidade temática e regional, multidisciplinariedade, consistência teórica, qualidade e apoio em dados de pesquisa.

A organização e publicação deste livro não teria sido possível sem o dedicado e eficiente trabalho de algumas pessoas. Heloísa Padula, na con-

dição de Assistente Técnica do Programa de Dotações, garantiu seu cotidiano, tão estimulante quanto árduo, e esteve sempre presente, no contato com a Comissão Organizadora, a assessoria e os/as autores/as, garantindo a entrega de relatórios, pareceres e artigos em tempo hábil. Sandra Unbehaum colaborou em todas as etapas do Programa, da organização dos Seminários à elaboração de Relatórios para a Fundação Ford, cujo apoio financeiro é que viabiliza este projeto. Neide Luzia de Rezende realizou minucioso e competente copidesque dos originais.

Sobretudo, devemos a publicação desta Coletânea à constante e criativa colaboração da Comissão Organizadora do VIII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero. Ao selecionar os projetos vencedores, acompanhar sua realização e avaliar os artigos que integram este livro, é toda a Comissão, e não apenas nós, que dela também fazemos parte, que a ele imprime um selo de qualidade. Juntamente com Bila Sorj e Heloísa Buarque de Hollanda, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lourdes Bandeira, da Universidade de Brasília, Maria Odila Leite Silva Dias, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mary Garcia Castro, da Universidade Federal da Bahia e Sandra Unbehaum, da Fundação Carlos Chagas, fizemos deste projeto um trabalho sério, criativo e, ao mesmo tempo, extremamente prazeroso.

São Paulo, janeiro de 2001

Cristina Bruschini

Fundação Carlos Chagas
Coordenadora do Programa

Céli Regina Pinto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul